



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas

IV PROCESSO SELETIVO DE 2016 PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NAS ÁREAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO E
DIREITO
(Edital nº 1, 05 de agosto de 2016)

ANEXO IV
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O processo seletivo abordará o conteúdo programático abaixo:

DIREITO

I. DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

1. Jurisdição e ação.
2. Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Relação jurídica processual.
3. Partes e procuradores. Capacidade processual. Substituição das partes e dos procuradores. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros.
4. Competência: classificação e efeitos da incompetência.
5. Condições da ação.
6. Formação do processo. Extinção do processo com e sem julgamento do mérito.
7. Processo de conhecimento.
8. Mandado de segurança.
9. Recursos: teoria geral e espécies.
10. Ação Civil Pública (Lei n.º 7.347/85).

II. DIREITO PENAL:

1. Aplicação da lei penal.
2. Teoria do crime.
3. Teoria da pena.
4. Concurso de pessoas.
5. Extinção da punibilidade.
6. Crimes contra a pessoa.
7. Crimes contra o patrimônio.
8. Crimes contra a fé pública.
9. Crimes contra a administração pública.
10. Noções dos crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo.
11. Noções dos crimes ligados ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes e crimes contra o meio ambiente.

III. DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1. Inquérito policial.
2. Ação penal.
3. Competência. Competência da Justiça Federal.
4. Questões e processos incidentes.
5. Prisão e liberdade provisória. Prisão temporária.
6. Processos em espécie: processo comum.
7. Nulidades.
8. Recursos.
9. Disposições gerais do Código de Processo Penal.
10. Juizados Especiais Criminais Federais.

IV. DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição: conceito, objeto e elementos. Princípios constitucionais.
2. Dos Princípios Fundamentais.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas

IV PROCESSO SELETIVO DE 2016 PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NAS ÁREAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO E DIREITO
(Edital nº 1, 05 de agosto de 2016)

3. Direitos e garantias fundamentais.
4. Da Organização do Estado.
5. Da Organização dos Poderes.
6. Ministério Público.
7. Da Tributação e do Orçamento: dos Princípios Gerais.
8. Da Ordem Econômica e Financeira: dos Princípios Gerais da Atividade Econômica.

V. DIREITO ADMINISTRATIVO:

1. Administração pública: princípios gerais e pessoas jurídicas que a realizam e Administração pública no regime federativo. Critérios de distribuição de atribuições. Sistema no direito brasileiro: atribuições administrativas da União e dos Estados.
2. Administração pública indireta. Pessoas jurídicas de direito público: autarquias e seu regime jurídico. Pessoas jurídicas de direito privado: empresas públicas, sociedades de economia mista e regime jurídico. Fundações instituídas pelo poder público.
3. Organização administrativa. Órgãos administrativos. Conceito e classificação. Estrutura e atividade. Competência dos órgãos: quanto à matéria, quanto ao território e quanto ao grau.
4. Hierarquia, centralização, descentralização e desconcentração.
5. Agentes públicos. Cargo público: conceito e espécies; criação e extinção; provimento; nomeação; promoção; acesso; transferência; reintegração; aproveitamento; reversão e remoção. Processo disciplinar. Responsabilidade.
6. Poderes da administração e Imposição de normas (poder de polícia). Polícia geral e polícias especiais. Polícia preventiva e polícia repressiva.
7. Atos jurídicos no campo da administração pública, Atos administrativos: conceito, características, elementos, espécies, revogação e invalidação.
8. Aquisição de bens pela administração pública. Desapropriação: fundamentos.
9. Responsabilidade civil do Estado. Da irresponsabilidade à responsabilidade objetiva. A responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Exceções à regra da responsabilidade civil do Estado. Ação de reparação do dano. Execução da Sentença. Ação regressiva.
10. Controle da administração pública. Controle interno. Controle externo. Controle pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário.

VI. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Lei n.º 8.429/92):

1. Das Disposições Gerais.
2. Dos Atos de Improbidade Administrativa.
3. Das Penas.
4. Da Declaração de Bens.
5. Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial.
6. Das Disposições Penais.
7. Da Prescrição.

VII. DIREITO CIVIL:

1. Da posse.
2. Da propriedade.
3. Da Responsabilidade civil.

VIII. DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DO CIDADÃO:

1. Dos povos indígenas.
2. Do direito à saúde.
3. Do direito à educação.



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Amazonas

IV PROCESSO SELETIVO DE 2016 PARA ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR NAS ÁREAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO E DIREITO
(Edital nº 1, 05 de agosto de 2016)

4. Da inclusão para pessoas com deficiência.

IX. DIREITO ELEITORAL:

1. CF/88 : Da Nacionalidade e dos Direitos Políticos.
2. CF/88 : Da Organização e Competência da Justiça Eleitoral.
3. Código Eleitoral: Dos órgãos Eleitorais. Competência.
4. Código Eleitoral: Recursos em Matéria Eleitoral.
5. Código Eleitoral: Disposições Penais.
6. Lei 9.504/97: Da Captação Irregular de Sufrágio.
7. Lei 9.504/97: Condutas vedadas a Agentes Públicos.
8. Lei 9.504/97: Noções sobre Propaganda Eleitoral.
9. Partidos Políticos. Regramento Constitucional. Lei 9.096/95. Disposições Preliminares. Das Finanças e Contabilidade dos Partidos. Do acesso gratuito ao rádio e televisão.
10. Noções sobre Lei Complementar nº 64/90.

X. DIREITO AMBIENTAL:

1. Direito Ambiental (Lei n.º 9.605/98; Lei nº 6.938/81; e Lei nº 4.771/65).

XII. DIREITO ECONÔMICO E DO CONSUMIDOR:

1. Direito do Consumidor (Lei nº 8.078/90) .

JORNALISMO

I. LÍNGUA PORTUGUESA

1. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação. Sintaxe. Uso do porquê. Uso de preposições. Comparativos e Superlativos.

II. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Ministério Público na Constituição Federal de 1988. Assessoria de Comunicação. Planejamento de Comunicação: definição de públicos externos e internos, seleção de instrumentos e canais de comunicação, aferição de resultados. Comunicação interna. Assessoria de Imprensa. Objetividade jornalística. Redação jornalística: definição e elaboração de notícia jornalística para veículos impressos, rádio e TV, produção de informativo, comunicado e press-release. Critérios noticiosos. Elementos básicos sobre processo e planejamento gráfico em Jornalismo. Conceitos básicos de fotografia. Cobertura fotográfica jornalística. Jornalismo na internet e mídias sociais.